

O laissez-faire do autoritarismo



Por Marcus Ianoni*

Cabe à oposição buscar tornar consciente e tentar aprofundar o movimento objetivo de vários atores contra a ditadura, contra a pandemia e por um papel mais ativo do Estado nas políticas da economia de guerra

Por que grupos da classe política insatisfeitos com Bolsonaro não reagem aos seus ataques às instituições do Estado e ao isolamento social? Será que uma das hipóteses é que um fator de freio de uma ação efetiva pode ser o receio de ela fortalecer Lula e o PT? Ou será que falta uma liderança que induza uma frente ampla com os liberais? Essa questão é pertinente.

Penso que os políticos e magistrados liberais não reagem, a não ser verbal e superficialmente, e toleram o intolerável não exclusivamente por recearem que sua reação poderia fortalecer a esquerda (Lula/PT), mas também porque, com a movimentação à direita de todo o espectro político-ideológico, puxada pela extrema-direita, que venceu as eleições de 2018 e assentou os militares no Palácio do Planalto, eles têm diante de si as Forças Armadas que, por meio de Bolsonaro, conseguiram respaldo popular. Aliás, a maioria desses liberais e de suas bases sociais votou em Bolsonaro no segundo turno do último pleito presidencial.

Nas manifestações do Dia do Exército, e mesmo que elas não tenham sido tão numerosas, forças bolsonaristas, entre as quais pequenos e médios empresários, com apoio de alguns grandes (como o chamado Vêio da Havan) se dirigiram às portas de quartéis pedindo intervenção no STF e no Congresso. Se, por um lado, isso pode ser lido como um ato de desespero e expressão do enfraquecimento de Bolsonaro na pandemia do coronavírus, por outro lado, demonstra ousadia para reagir, disposição de luta contra os obstáculos colocados diante de um presidente pressionado pela crise.

Cada vez mais tendo a considerar a hipótese de que, embora haja divergências nas Forças Armadas e entre os bolsonaristas e os militares, esses atores, de um modo geral, estão unidos em torno do autoritarismo de Bolsonaro e em torno da primazia do mercado, deixando em segundo plano as políticas públicas de promoção dos direitos à saúde e à renda básica e de preservação do emprego.

Os liberais (no Congresso, no STF, nos partidos, na sociedade civil) temem e rejeitam mais a esquerda que qualquer outra força política. Têm mais coragem e disposição para peitá-la. São mais propensos a falar grosso com a esquerda e a tolerar o comportamento desregrado da extrema-direita. Além disso, observamos que o presidente do Banco Central disse aos investidores que é melhor a economia tolerar mortes por coronavírus do que o Estado combater o vírus em prejuízo dos negócios. Ele deve expressar certa visão existente entre os agentes do mercado. Pode-se pensar que o setor financeiro, tão reverenciado pelos liberais, não rejeita tanto a flexibilização do isolamento social defendida por Bolsonaro?

Nesse contexto, a liderança política é fundamental para tentar atrair os liberais para a defesa da vida e da democracia. Urge uma posição firme, que busque costurar uma ampla frente única em torno de uma política de alinhamento às recomendações da OMS, conforme fazem os principais países da Europa, assim como de defesa de estímulos fiscais e

monetários por parte do Estado. Esse é o melhor meio de se preocupar com a economia, é a melhor saída e não significa a invenção da roda, pois está acontecendo assim na Alemanha, na França, no Japão etc.

A perspectiva de uma frente de dupla face programática não contrapõe a saúde e a economia, pois coloca o Estado como mediador entre esses dois interesses. O governo Bolsonaro não tem interesse e nem capacidade para colocar o Estado numa política desse tipo, por isso o Congresso saiu na frente, com o apoio do STF. Ao perder apoio institucional, Bolsonaro passou a retomar seus conhecidos ataques ao Legislativo e ao Judiciário.

Coalizão tem uma dimensão objetiva (que tem e tende a ter impacto estrutural) e subjetiva (volitiva). No caso da frente ampla contra a pandemia e pela democracia, ela já existe objetivamente. Há uma rejeição difusa ao programa de dupla pandemia de Bolsonaro, pandemia na saúde e na ordem democrática. Essa rejeição difusa é uma frente ampla objetiva, que tem um certo impacto estrutural no sentido de frear (não de bloquear) uma ditadura explícita.

Por outro lado, seria muito importante que essa frente ampla fosse mais concreta e efetiva. Mas, mesmo que essa concretude não se constitua, as forças democráticas devem propagandeá-la com mais firmeza. Não se sabe de antemão quem se engajaria em ações mais efetivas promovidas pela frente política, mas explicitar conscientemente e subjetivamente o processo objetivo de repúdio ao desrespeito presidencial à epidemia e de repúdio à ditadura é necessário para o país e para a oposição à balbúrdia do governo federal.

O Bradesco, o Itaú e a Vale, assim como a Globo, defendem as políticas pró-mercado, mas estão apoiando o combate do Estado à pandemia sanitária, coisa que Bolsonaro não faz. Não sei se o Bradesco, o Itaú e a Vale repudiam os ataques à democracia, mas vi a Folha, a Globo, Dória, vários jornalistas etc. criticarem o autoritarismo de Bolsonaro expresso novamente no Dia do Exército. Por outro lado, há também grandes empresas que têm apoiado o pacote de estímulos fiscais às famílias necessitadas e às firmas. E há atores como o presidente do BCB minimizando a pandemia e priorizando os interesses das finanças.

Enfim, cabe à oposição buscar tornar consciente e tentar aprofundar o movimento objetivo de vários atores contra a ditadura, contra a pandemia e por um papel mais ativo do Estado nas políticas da economia de guerra.

***Marcus Ianoni** é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Artigo publicado originalmente no site **Brasil debate**.